



Discurso e Experiência das Agências de Cooperação Internacional na Amazônia¹

Neusa Pressler²
Anna Elisa Pedreira³

Resumo:

Este trabalho é parte da pesquisa referente à tese de doutorado (UFPA/NAEA, 2006-2010). A pesquisa foi realizada durante o ano 2010 na Europa, especificamente na Alemanha e Portugal. Descreve os discursos das Agências de Cooperação Internacional que desenvolvem projetos ambientais na Amazônia. Sob essa perspectiva, apresenta uma síntese dos discursos e práticas de comunicação com o intuito de analisar a importância dessas organizações internacionais na implementação de projetos socioambientais na Amazônia no âmbito do PPG7 (1995-2009). Essas organizações estabelecem a razão de suas intervenções junto a atores sociais na capacitação das instituições e no empreendedorismo junto as populações tradicionais com base nos negócios sustentáveis na Amazônia, vistos como mecanismos de “luta contra a pobreza” e de “preservação da natureza” para conter o desmatamento.

Palavras-Chave: Comunicação; Experiência; Discurso; Amazônia.

1. Introdução

A partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD em 1992 evidencia-se a construção de um campo ambiental na Amazônia. Na década de 1990 a Amazônia deixou de ser um tema limitado a questões de fronteira e de segurança nacional. Passou a constituir-se em um complexo: espaço multidimensional modelado por poderes e ações de atores transnacionais.

Durante a década de 1990 foi alcançando importância na agenda da política mundial. A Floresta Amazônica transformou-se em um símbolo no campo ambiental ocidental. Com essa imagem, constituiu um dos vetores principais da cooperação técnico-científica no cenário da globalização ecológica. Isso não foi por acaso “no imaginário ecológico internacional e nos centros mais urbanizados do país, a existência da Amazônia está vinculada à imagem simbólica da floresta” (BUENO, 2003).

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática 6, no GP referente a Ciência, Comunicação e Sociedade DT 6, do evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (Unama), Doutoranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA – UFPA 2006), e-mail: neusapressler@yahoo.com.br.

³ Aluna do 8º semestre do Curso de Comunicação Social – Habilidade em Jornalismo, estagiária da Assessoria de Comunicação do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e Bolsista do projeto de extensão da Agência Unama de comunicação, email: annaelisapedreira@hotmail.com.



Ancorado nessa imagem, a partir da década de 1990, o Brasil passa a ser apresentado e visto como referência para a cooperação internacional pelas inúmeras vantagens que emergem de sua biodiversidade. Desse modo, a Amazônia torna-se um extenso espaço para investimentos e implementação de programas, projetos e pesquisas voltados para a preservação do meio ambiente e experiências sustentáveis.

Dessa maneira, passa a configurar-se no campo da “globalização da política ambiental” (VIOLA, 1999), (SILVA, 2004). Foram vários os fatores que contribuíram para essa visibilidade, dentre os quais a CNUMAD, 1992, a Agenda 21 e a implementação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais - PPG7⁴ do Brasil em 1995.

Os referidos autores enfatizam que “a região tem sido alvo de esforço multilateral, envolvendo a participação de vários países, instituições financeiras e segmentos da sociedade civil mundial, tendo em vista o desafio da gestão coletiva das crises ecológicas globais” Segundo essa descrição, a Amazônia está no âmbito da globalização da “política ambiental” (VIOLA, 1999)⁵.

Sob esse ponto de vista, é preciso considerar o Fundo para o Meio Ambiente Global – GEF (*Global Environment Facility*), o Experimento de Grande Escala Biosfera-Atmosfera – LBA (*The Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazonia*) e o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG-7 (*The Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest*), dentre outros, além do envolvimento de Universidades e Centros de pesquisa com o objetivo de obter recursos humanos e tecnológicos para promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

No âmbito regional, houve algumas iniciativas que vieram corroborar e convergir com o novo espaço multidimensional como citado por (FERNANDES, 2003) e (SILVA, 2004) que deve ser destacado: Tratado de Cooperação Amazônica - TCA, assinado em 1978, revitalizado pela criação da Organização do Tratado de Cooperação

⁴ O Programa Piloto foi proposto na reunião do Grupo dos Sete países industrializados (G-7), em Houston, Texas (EUA), em 1990. Em dezembro de 1991, foi aprovado pelo G-7 e pela Comissão Européia. Durante a Eco-92, o programa foi oficialmente lançado no Brasil. A sua execução compete ao governo brasileiro que, por meio do Ministério do Meio Ambiente, o qual coordena o Programa, conta ainda com o intermédio do Ministério da Justiça e do Ministério da Ciência e Tecnologia, com a participação do Banco Mundial, da Comunidade Européia e dos países membros do Grupo dos Sete. O PPG-7 foi instituído pelo Decreto nº 563, em junho de 1992, e modificado pelo Decreto nº 2.119 em janeiro de 1997. Os primeiros projetos foram aprovados em 1994 e a implementação iniciada em 1995. Fonte: <<http://www.mma.gov.br/ppg7>> Acesso em 17 nov. 2009.

⁵ Eduardo Viola conceitua essa fase de globalização da política ambiental. Isso porque há a transnacionalização em graus diversos dos atores nacionais da política ambiental nacional (agências governamentais, empresas, ONGs) com a presença de atores plenamente transnacionais (ONGs transnacionais, corporações transnacionais, bancos multilaterais, agências da ONU- Organizações das Nações Unidas, comunidade científica) produzindo a formação de clivagens e alinhamentos transnacionalizados” (VIOLA; 1999, p. 84).



Amazônica, a Associação das Universidades Amazônicas – UNAMAZ, fundada em 1987 e a implantação do Sistema de Informação da Amazônia – SIAMAZ, em 1992. Essas instituições juntamente com um número significativo de ONGs e redes da sociedade civil têm possibilitado a interação, trocas de experiências e avanços institucionais entre os países que atuam na Amazônia Legal⁶. Essas relações institucionais resumem a atual configuração dos diferentes, discursos e interesses no campo⁷ ambiental da Amazônia.

Esta pesquisa discute os discursos das agências da cooperação internacional que desenvolveram e desenvolvem projetos ambientais na Amazônia (1995-2009). Sob o ponto de vista da comunicação e da experiência, o trabalho foi estruturado em três tópicos de forma a apresentar os discursos⁸ das principais organizações internacionais que desenvolvem projetos ambientais na Amazônia.

Com esse objetivo, serão discutidas as propostas centrais da cooperação internacional no âmbito do PPG7 e a visão crítica sobre a experiência das Agências de cooperação internacional na Amazônia Legal. O referencial teórico é baseado nas obras de Pierre Bourdieu (1998); Foucault (1995), Adriano Rodrigues (1999), João Pissarra Esteves (2003) e autores da Amazônia que estudam esse tema.

2. Cooperação Internacional e a Realidade da Amazônia

Como já referenciado, com a CNUMAD (1992) e a implantação do PPG7 em 1995, na Amazônia legal, houve um aumento significativo de programas e projetos ambientais provenientes de acordos de cooperação internacional, que têm como proposta “reduzir a pobreza” e “preservar o meio ambiente”.

⁶ “Amazônia é a região compreendida pela bacia do rio Amazonas, a mais extensa do planeta, formada por 25.000 km de rios navegáveis, em cerca de 6.900.000 km², dos quais aproximadamente 3.800.000 km² estão no Brasil. A Amazônia Legal, estabelecida no artigo 2 da lei nº 5.173, de outubro de 1966, abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e cinco municípios de Goiás. Ela representa 59% do território brasileiro, distribuído por 775 municípios, onde viviam em 2000, segundo o Censo Demográfico, 20,3 milhões de pessoas (12,32% da população nacional), sendo que 68,9% desse contingente em zona urbana”. Fonte: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 20 mai. 2010.

⁷ O conceito de campo, faz parte do corpo teórico da obra de Bourdieu. Essa noção significa um espaço de relações entre grupos com distintos posicionamentos sociais. O campo é o espaço de disputa e jogo de poder. Na conceituação de Bourdieu, a sociedade é composta por vários campos e espaços dotados de relativa autonomia e regidos por regras próprias. Em síntese, o espaço social é definido como um campo de forças em que ocorre um conjunto de relações de forças objetivas, impostas a todos os que entram nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes (BOURDIEU, 1998, p.134).

⁸ A partir dos anos 1970, a Escola Francesa conceitua discurso como “práticas sociais” determinadas por um contexto sócio-histórico e são constitutivas do contexto social. Nesse modo de conceituar também proposto por Foucault (1995), o discurso é entendido como “um modo de ação ou uma forma em que as pessoas agem sobre o mundo e sobre os outros”. “É a maneira de representar a crença e o conhecimento” (PINTO, 1999, 26).



Sobre a temática da cooperação internacional encontram-se enunciados sobre projetos ambientais, imagens simbólicas e informações sobre milhões de dólares e euros. Com esses aparatos e diferentes discursos e acordos com organizações bilaterais como o Banco Mundial, OMC–Organização Mundial do Comércio têm a missão de promover parcerias com a sociedade civil organizada para “combater a pobreza” e “reduzir o desmatamento” em algumas comunidades tradicionais na Amazônia.

O contexto de produção desse discurso é o da economia globalizada, das reformas liberalizantes em políticas comerciais e de cooperação entre órgãos internacionais e de regulação (OMC-Organização Mundial do Comércio, FMI-Fundo Monetário Internacional, BM-Banco Mundial, UNCTAD-Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que estrutura um campo de poder econômico e ideológico-político no qual os Estados dos “países pobres” ou em desenvolvimento são assessorados para atuar no mercado internacional e “preservar a natureza”.

Embora o desenvolvimento dos produtos sustentáveis não seja o principal objetivo dessas instituições, nota-se que a maioria dos projetos tem a finalidade de desenvolver a visão de sustentabilidade na diversidade de produtos florestais da Amazônia. Os produtos intitulados ecológicos são os mais variados: madeira certificada, polpa de frutas, farinha de banana, castanha do Brasil, embalagens artesanais da Amazônia, além de uma infinidade de insumos vendidos para a indústria farmacêutica e de cosméticos. Para a funcionalidade desse sistema, constata-se alianças estratégicas entre agências de cooperação internacional, governo, sociedade civil e entidades do setor privado.

No Brasil, as agências internacionais tem atuações demarcadas que abrange as décadas de 1960 a 1970 e todas que atuam no Brasil tem contrato e autorização da Agência ABC por meio do ministério das relações exterior. Essa atuação, segundo Pantaleón (2002, p. 238) pode ser dividido em três períodos. As primeiras organizações eram predominantes religiosas e suas ações eram baseadas na militância política voluntária. Nesse primeiro período, as relações internacionais eram baseadas nos motivos religiosos, políticos e filantrópico. Na Amazônia a maioria atuam em projetos socioambientais.

Nesse campo é preciso esclarecer sobre o papel e objetivo das agências de cooperação internacional e das organizações não-governamentais ONGs, uma vez que, esses papéis nem sempre se apresentam com clareza.. Na verdade, a agência é uma



organização pública ou privada que representa um país, no exercício das atividades e em alguns casos trabalham com organizações sem fins lucrativos. Nessa conceituação podem ser citados pela ordem de fundação, quatro exemplos de agências⁹: (1) Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development* - USAID (1961), (2) Department for International Development - DFDI e a (3) *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH*- GTZ (1974) , e (4) Centro para Pesquisa Florestal Internacional – CIFOR (1993).

No que se refere a atuação e investimentos dessas agência na Amazônia o MMA informa que:

“Os recursos investidos, cerca de 463,1 milhões de dólares, canalizados e administrados por meio do Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais (RFT), gerenciado pelo Banco Mundial, foram doações dos países mais industrializados do mundo (G7), da Comissão Européia (CE), dos Países Baixos e de contrapartidas do governo brasileiro. A contribuição internacional ocorreu por meio de cooperações financeiras e técnicas viabilizadas pela Agência de Cooperação Alemã (GTZ) e pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID). Parcerias que atravessaram a virada do século, um arranjo inovador com potencial para inspirar experiências similares em outros contextos” (MMA, 2009, p. 2).

Quanto esse investimento, participação e parcerias das agências e fundos de cooperação internacional, evidencia-se um campo na Amazônica que se constitui em uma rede de atividades voltadas para populações tradicionais e pequenos agricultores e o manejo de produtos sustentáveis com a intersecção de diversas instituições de diferentes nacionalidades.

A presença de várias instituições suscita enunciados e idéia de que está sendo desenvolvido o capital social e a qualidade de vida na região Amazônica. Entretanto, ao visitar comunidades, algumas delas inclusas nos projetos da cooperação internacional, constata-se outra realidade. A imagem encontrada nas comunidades tradicionais difere da apresentada em eventos, projetos, documentos, relatórios e narrativas das organizações.

De acordo com o IBGE (2009) e visitas realizadas em alguns municípios evidencia-se que as comunidades tradicionais que se dedicam ao extrativismo artesanal

⁹ Essas quatro agências atuam em projetos ambientais na Amazônia em colaboração científica ou técnica. Ver história e dados institucionais sobre Agências de Cooperação internacional para o desenvolvimento nas respectivas páginas da web: <<http://www.dfid.gov.uk/>>, <<http://www.gtz.de/>>, <<http://www.usaid.gov/>> e <<http://www.cifor.cgiar.org>> acessados em jun. 2010.

possuem condições de vida muito rudimentares. São componentes do cotidiano destes atores sociais: a falta de água potável, atendimento médico, educação básica, habitação confortável, condições de trabalho saudáveis. Algumas regiões do litoral não têm infraestrutura de canalização de esgoto, recolhimento público de lixo, água encanada, luz elétrica e serviços de telecomunicações. Falta o comprometimento do poder público e das instituições locais responsáveis por esses serviços.

A abrangência do assunto, o escopo teórico e o espaço do artigo não relatam todos os discursos e tampouco explicam completamente todas as etapas da atuação e consultorias das organizações internacionais na Amazônia. Essa discussão é pautada nas narrativas tradicionais e modernas no quadro das experiências comunicacionais referente à relação de pesquisadores, consultores e técnicos que representam essas instituições na Amazônia.

Essa noção de comunicação e experiência remete à conceituação como discutida por (RODRIGUES, 2007, p.12): “a comunicação humana não se destina de fato a transmitir informações, mas a partilhar a experiência do mundo. A compreensão da natureza da comunicação pressupõe a averiguação da natureza da experiência”. Ao averiguar a experiência encontra-se discursos socialmente construídos a partir de conjunto de mitos partilhados ou de representações convencionais. Na visão de RODRIGUES (2007):

(...) “É só através do reflexo ou da imagem da experiência do sujeito na experiência do outro, numa relação especular indefinidamente relançada, que acedemos ao simbólico e, por conseguinte, à linguagem. É por isso que a comunicação possui uma natureza especular e recíproca, orientada em sentidos simétricos” RODRIGUES, 2007, p.15).

Os discursos e sentidos em torno da atuação das Agências internacionais e das populações tradicionais têm um caráter etnográfico e organizacional no campo da comunicação e das relações sociais. Apresenta uma visão de vida dos técnicos e consultores com formação especializada no âmbito de uma sociedade urbana nos principais países da Europa e sua interface com as populações tradicionais da Amazônia.

Penetrar nesse mundo de diferentes experiências é descobrir significados mais profundos das convergências e divergências das relações sociais. Na relação para negociar valores monetários e subjetivos sobre os produtos da floresta, as populações têm interesses e necessidades que diferem dos interesses dos discursos do mercado globalizado.



Nos discursos e histórias de vida das populações tradicionais há diferentes quadros das experiências tradicionais, modernas e significados do trabalho de mulheres, crianças e adultos que organizam sua existência em torno dos produtos da floresta (MARIN, 2007), (GOFFMAN, 1991).

Em ambos discursos está implícito a construção da realidade na Amazônia. Há várias obras que procuram compreender a construção da realidade social e da experiência. Na perspectiva da construção social destaca-se a contribuição de Berger e Lukmann (1967). BERGER E LUCKMANN (1985, p. 00) descreveram a construção social como uma combinação de realidade social e interação simbólica. Afirmaram que “a realidade de que fazemos coletivamente a experiência, de fato, foi construída pelas nossas interações sociais”.

Os referidos autores iniciaram seus estudos pela necessidade universal de sentido e ordem. Assim como os indivíduos se envolvem na construção de um sentido pessoal para a vida também os coletivos se envolvem na construção de uma realidade social. Sob esse ponto de vista, na sua primeira geração, uma realidade socialmente construída é partilhada por todos os participantes.

No entanto, quando esta realidade é transmitida a outra geração, começam as dificuldades. Há a necessidade de integrar a nova geração à realidade comum e considerada tradicional. E é esta necessidade de integração observada por (BERGER E LUCKMANN, 1997, p. 86) que motiva a “legitimação”. A legitimação é o processo pelo qual as pessoas constroem explicações e justificativas para os elementos fundamentais da sua tradição coletiva institucionalizada.

Nesse contexto do processo da construção social faz-se necessário compreender as experiências modernas e tradicionais. A tradição e a modernidade são representações do mundo que se encontram em qualquer época e que coexistem em todas as culturas. Assim, esses dois termos nomeiam representações do mundo, modos de ser e de estar e estilos de vida que podem ser encontrados em diferentes épocas histórica, em qualquer situação social, conforme os ideais, valores e experiência estética de cada indivíduo.

Essas representações de mundo permite legitimar e racionalizar os comportamentos, as ações e os discursos, como também de integrar os acontecimentos na construção de um todo coerente e com isso dar sentido às experiências (RODRIGUES, 1997).

Com essa reflexão teórica da construção da realidade evidenciou-se que as agências de cooperação internacional por meio de seus técnicos e consultores como



também a realização do trabalho das populações tradicionais (produtos florestais) são permeadas de histórias, de tradição e de experiências de vida. Ambas as situações vividas por esses atores sociais (agentes) colaboram para formar e estruturar experiências. Do ponto de vista do paradigma discursivo, esses relatos permitem compreender parte da construção da vida social na Amazônia no âmbito da globalização da política ambiental.

3. Discursos e Projetos Socioambientais na Amazônia

Como estão estruturados as agências internacionais e os Projetos socioambientais na Amazônia junto as organizações das populações tradicionais? Técnicos, consultores e peritos da cooperação internacional mesmo estando distante dos escritórios centrais e de seus respectivos países utilizam práticas de comunicação para implantar seu trabalho de consultoria técnica. A distância não impede de implementar e introduzir os discursos e a gestão propostos pelos objetivos das agências como demonstrados a seguir:

Agências Internacionais	Discursos
CIFOR Indonésia Centro para Pesquisa Florestal Internacional	“A pesquisa do CIFOR gera conhecimentos e métodos necessários para melhorar o bem estar das pessoas que dependem das florestas, e a ajudar “os países tropicais no bom manejo de seus recursos florestais para a obtenção de benefícios sustentáveis”.
GTZ Alemanha Cooperação Técnica Alemã	“Mudar a atual realidade através do apoio ao desenvolvimento e adoção de sistemas sustentáveis de manejo florestal na Amazônia”.
USAID Estados Unidos Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional	“Assistir ao governo e à sociedade por meio de programas de qualidade que fomentem o desenvolvimento social e econômico sustentável, preservem o meio ambiente e que busquem mitigar a disseminação de problemas transnacionais”
DFID Reino Unido Departamento Internacional para o Desenvolvimento	“para promover o desenvolvimento sustentável para eliminar a pobreza do mundo”.

Tabela elaborada pelas autoras com base em material institucional das respectivas agências

O quadro acima, resume os discursos e os sentidos, em que está implícito o ideal de desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida para as populações da Amazônia. Os discursos são diferentes, mas os objetivos são os mesmos, principalmente do Banco Mundial que propõe um “Mundo sem Pobreza”.

Esses discursos são direcionados para toda a sociedade, mas é no campo ambiental e econômico que está a maior parte dos projetos ambientais relacionados ao extrativismo de produtos florestais não madeireiros implementados em “comunidades” financiadas por organizações internacionais: religiosas, ONGs (GTA, WWF), bancos (KFW, BIRD) fundações, consultorias (GFA) e agências de cooperação internacional (USAID, DFID, CIFOR, GTZ).

Complementando os discursos das Agências internacionais, nas palavras do MMA: “o PPG7 apostou na inovação, na participação social e nas parcerias para testar alternativas sustentáveis de manejo dos recursos naturais compatibilizando ações de proteção com a geração de renda e a melhoria das condições de vida das populações locais’ (MMA, 2009, p. 7).

Nessas alternativas e consultorias estão os negócios sustentáveis (econegócios) que devolvem seringa, frutas, produtos para uso cosmético e medicinal, fibras naturais, sementes e produtos artesanais. A questão para os produtores dos pequenos econegócios é agregar valor e qualidade aos produtos extrativistas também denominados de agroflorestais. De acordo com os econegócios e/ou agroflorestais envolvem empreendimento de grande e pequena escala com o apoio de grandes corporações nacional e internacional e empresas que lideram o mercado (BECKER, 2006).

As populações tradicionais por meio de associações e cooperativas produzem e comercializam produtos denominados sustentáveis. Os discursos evidenciados nos entrevistados em algumas comunidades no nordeste paraense e nos documentos pesquisados revelaram algumas adequações e transformações da organização de trabalho em função do contato com “modernas” experiências.

Nesse quadro de experiência contatou-se que anterior a essa fase da globalização da política ambiental as populações locais entendiam os recursos naturais como capital produtivo. Em especial os produtores familiares considerava como meio de subsistência e um bem econômico e uma experiência a ser transmitido para os filhos. Como apresentado por (BENTES, 2004) no artigo “A apropriação ecológica de seringais na Amazônia e a advocacia de plantations”.

A exemplo de (BENTES, 2004) há várias pesquisas que evidenciam que os habitantes da Amazônia desflorestavam, mas igualmente, devido às experiências tradicionais acumuladas e transmitidas por gerações manejaram e conseguiram preservar as florestas nativas. No entanto, na Amazônia as empresas e pequenos produtores familiares das populações tradicionais ora tiveram visibilidade na mídia



como produtores de produtos sustentáveis ora foram tratados como vilões ambientalistas. Nesse contexto da globalização da política ambiental passaram a ter contato com políticas burocráticas e com leis que penalizam infratores.

Assim, por meio dessas políticas e acordos burocráticos firmados com o PPG7 ocorreu o contato das populações tradicionais com técnicos das instituições da cooperação internacional. Contudo, mesmo com a assessoria das organizações internacionais a informação sobre essas experiências com negócios sustentáveis ainda é ineficaz.

Nesse sentido, as agências de cooperação internacional no Brasil não trabalham com política de comunicação e tampouco com dados transparentes para informar a sociedade. Apesar do montante investido de capital alemão em projetos ambientais na Amazônia somente no primeiro trimestre de 2010 a GTZ estruturou serviços de assessoria de comunicação no Brasil em sua sede em Brasília.

Vale ressaltar que o PPG7 encerrou atividades em 24 de setembro de 2009. Por conseguinte, há divulgação em diversas mídias e com diferentes discursos sobre a “intervenção” internacional da Amazônia em vez da palavra cooperação. Isso é visível, e especialmente, quando Paulo Adário do Greenpeace diz que “ a economia da Amazônia é tão ou mais globalizada do que a de outras regiões já que os principais produtos da região – soja, madeira e carne são *commodities* no mercado internacional.

Ainda sob a constatação de Adário, quando o assunto da internacionalização na Amazônia é discutida na mídia não falam das multinacionais, mas citam a intervenção das ONGs e das organizações dos Países do G7, enquanto as maiores empresas estrangeiras de soja Cargil, Bunge, ADM e Dreifuss não são sequer citadas. Isso resume a atual relação de comunicação e poder sobre o debate acerca do campo ambiental na Amazônia. Assim, essas relações de comunicação desse campo são, dessa maneira, relações de poder que dependem do capital simbólico dos atores sociais e instituições envolvidas, relacionado às estruturas materiais e institucionais da sociedade.

Essas relações de comunicação desse campo são, dessa maneira, relações de poder que dependem do capital simbólico dos atores sociais e instituições envolvidas, relacionado às estruturas materiais e institucionais da sociedade. A legitimidade desses atores sociais, assim como seus discursos passam por interesses individuais, grupais e de classe, pelas relações institucionais, pela forma de mediação discursiva e pela concorrência do lugar da fala. A linguagem apresenta-se, por conseguinte, como uma

arena de confrontos das experiências individuais e sociais, na qual as relações de sentido são parte essencial na constituição das relações de poder.

Nesse sentido, é preciso questionar como é a comunicação no interior dos campos discursivos sobre a Amazônia e as organizações internacionais dos países do G7. Para (ESTEVEZ, 2003, p. 24), “a comunicação no interior dos públicos pode, então ser assim qualificada: “Uma comunicação reflexiva, agonística, argumentativa e racional, desenvolvida em torno de exigências de validade assumidas através de discursos”. Na visão de ((ESTEVEZ, 2003, p. 28), “a importância da comunicação está patente ao nível da capacidade performativa dos públicos, na sua qualificação como verdadeiros agentes sociais, com um padrão de ação pautado por elevadas exigências racionais e reflexivas”.

Retomando a discussão da produção dos produtos sustentáveis e o desafio dos dados e informação constata-se algumas exceções como o projeto implementado pelo PPG7¹⁰ que teve o apoio da cooperação internacional (Países Baixos). O PNS- Projeto Negócios Sustentáveis, intensificado em 2004, visava identificar e divulgar instrumentos e políticas que fortaleçam setores produtivos na Amazônia.

Apesar da divulgação do PPG7 pelo MMA- Ministério do Meio Ambiente e de ONGs que atuam nesse campo, a questão da informalidade e a abrangência desse mercado ainda é complexo e não há informações e dados quantitativos e qualitativos sobre essa atividade. Por outro lado, essa pesquisa aponta que, apesar da importância dos produtos sustentáveis para a qualidade de vida e redução do desmatamento na Amazônia essa questão ainda não foi desenvolvida de modo sistemático no agendamento diário da imprensa brasileira, exceto os veículos especializados e a internet, que na maioria das vezes apenas reproduz os fatos divulgados na grande imprensa nacional.

No âmbito local e nacional da cobertura jornalística brasileira observa-se que as informações relacionadas ao meio ambiente, à biodiversidade e ao econegócio geram notícias, como constatados por (COSTA, 2008) e confirmadas pelos resultados preliminares dessa pesquisa, em geral são vinculadas às questões de ordem política e econômica.

¹⁰ “No período de março a junho de 2004, o PNS apoiou a implementação de 50 iniciativas nos nove estados da Amazônia Legal: nove no Acre, uma no Amapá, 13 no Amazonas, oito no Maranhão, duas no Mato Grosso, cinco no Pará, quatro em Rondônia, quatro em Roraima e nove em Tocantins”.Fonte: (PPG7, 2005, p.72).

Melhor explicando, apesar do país apresentar comprovada biodiversidade relacionada aos negócios sustentáveis, exceto os veículos especializados, é no campo político e econômico e, efetivamente através de notícias sensacionalistas e política que o leitor toma conhecimento sobre a dimensão dos produtos sustentáveis. No âmbito da imprensa regional, a cobertura feita pelos veículos sobre meio ambiente e econégócios não antecipam os fatos, ou seja, de um modo geral noticiam apenas o que está sendo discutido na agenda diária da mídia nacional.

Nesse campo ambiental de relação de poder, em que só se divulga informação quando o assunto gera notícia, também ficou visível a falta de políticas públicas mais abrangentes para essas populações no que diz respeito aos seus conhecimentos e experiência no manejo sustentável de seus produtos.

Há falta mediação na articulação de interesses de diferentes atores sociais, particularmente as que englobam as reivindicações das sociedades indígenas e povos tradicionais (seringueiros, pescadores, ribeirinhos, “quilombolas”) entre outras. O desafio continua sendo o “combate à pobreza” e a falta de estrutura dos serviços sociais complementada por uma coerente comunicação institucional para repassar informações às comunidades.

Entretanto, o acesso a essas informações e a melhor compreensão desse campo de negócios sustentáveis e das ações da cooperação internacional na Amazônia poderia proporcionar lições e ensinamentos para buscar êxitos e sustentabilidade nos futuros negócios e criar subsídios a fim de direcionar o trabalho dos técnicos da cooperação internacional para conceituar as práticas comerciais das pequenas organizações das populações tradicionais na Amazônia.

4. Considerações Finais

O instrumental teórico da análise do discurso assim como a teoria com base na comunicação e experiência utilizadas para discutir as narrativas das organizações da cooperação internacional que desenvolvem projetos ambientais na Amazônia (1995-2009) possibilitou examinar como as significações constituintes dos valores das diferentes experiências e valores tradicionais às vezes incluídos e excluídos nos discursos sociais.

O contato com as populações tradicionais com o mercado competitivo como o econegócio foi inevitável e tem aspectos positivos e negativos. O positivo está

relacionado ao sustento e meio de renda para a sobrevivência dessas populações e o desenvolvimento do saber local por meio da relação das diferentes experiências, entre outros. Entretanto, os discursos evidenciados nos entrevistados e em documentos revelaram que essas populações mesmo com assessoria internacional ainda desconhecem seus direitos e carecem de políticas públicas mais abrangentes e de informações institucionais básicas para implementar e manter seus negócios sustentáveis.

No que concerne aos técnicos e as agências de cooperação internacional essa pesquisa preliminar identificou por meio de entrevistas a falta generalizada de uma plataforma de intercâmbio de informações entre as diferentes formas de cooperação internacional técnica, científica e financeira na Amazônia. Além dos relatórios técnicos e científicos divulgado pelo PPG7 e para as próprias organizações e revistas especializadas, não há informações para o público fora do âmbito da cooperação internacional.

Nesse campo comunicacional há um verdadeiro vácuo, ou seja, quando se refere a relação da atuação da cooperação internacional relacionado ao meio ambiente na Amazônia, a informação vem, de um modo geral, em linguagem totalmente técnica ou através de artigos sensacionalista implícito num discurso de xenofobia. Assim, a mídia utiliza a linguagem da xenofobia com metáforas, cujos discursos estão fundamentados nos enunciados: intervenção internacional, a ameaça de internacionalização da Amazônia¹¹, alguns acreditam que uma ocupação internacional já está acontecendo etc.

As organizações da cooperação internacional bilateral e multilateral ainda não conseguiram reduzir totalmente o desmatamento e a pobreza, mas têm desempenhado um papel relevante no âmbito da implementação do desenvolvimento sustentável na Amazônia. Contudo, a pesquisa preliminar no Brasil e na Europa identifica a falta de uma plataforma de intercâmbio de informações entre as diferentes formas de cooperação internacional técnica e científica na Amazônia.

Nesse sentido, não há intercâmbio de informações entre os setores científicos, o governo e as associações de base, o que vem reforçar essa problemática, pois não ocorre a integralização de conhecimentos existentes com os instrumentos jurídicos

¹¹ Compuseram o *corpus* de análise deste artigo várias matérias jornalísticas e entrevistas com técnicos e consultores de agências internacionais (Cifor, GTZ, DFID). Entretanto, ressalta-se, que dada a grande quantidade de artigos, documentos e de entrevistas, não foi possível descrevê-los aqui em sua totalidade. As pesquisas foram realizadas na mídia impressa e eletrônica durante os anos: 2005, 2006, 2007. Principais Jornais pesquisados: O Diário do Pará e O Liberal.



institucionais disponíveis para viabilizar os interesses sociais e a exploração adequada dos recursos da região.

A percepção acerca do campo do econegócio e o trabalho de consultoria técnica na Amazônia são de intensas disputas e negociações, reconstruindo e reproduzindo sentidos de poder, de comunicação, de conhecimento e de experiência. Ora essas experiências são excluídas, ora incluídas e às vezes tem significações simbólicas renovadas em relação ao poder e dominação. Por fim, esse trabalho procurou por meio dos discursos revelado no relato das experiências das populações tradicionais e dos técnicos da cooperação internacional debater temas como, preservação do meio ambiente e negócios sustentáveis, temas sempre presentes no cotidiano da região Amazônica.

Notas:

A tese de doutorado é orientada pela profa. Dra. Rosa E. Acevedo Marin. A referida tese faz parte da linha de pesquisa “Estado, Políticas Públicas e Cidadania” desenvolvida pelo NAEA/UFPA, cujo objetivo é reunir trabalhos de pesquisa voltados para a discussão sobre o grau de intervenção dos aparatos do Estado e da iniciativa privada e as estratégias de poder adotadas na Região Amazônica, por segmentos sociais diversos. A discussão teórica tem por base o Seminário “O Campo e o Discurso dos Media” ministrado pelo Prof. Dr. Adriano Duarte Rodrigues no Curso de Mestrado e Doutorado da Universidade Nova de Lisboa no primeiro semestre de 2008. Durante o ano de 2007/2008, a autora desenvolveu pesquisa relacionada ao seu Estágio de doutorado no Departamento da Ciência da Comunicação na Universidade Nova de Lisboa – Portugal. Nesse período esteve sob a orientação do Prof. Dr. João Pissarra Nunes Esteves. A pesquisa de campo na Europa, entrevistas com cientistas, pesquisadores e técnicos e consultores das organizações alemãs que prestam serviços de consultoria em projetos ambientais na Amazônia e contou com o apoio institucional da Freie Universität - Berlin - Lateinamerika-Institut.

Referências Bibliográficas

- BECKER, Berta. **Geopolítica da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- BENTES, R. **A apropriação ecológica de seringais na Amazônia e a advocacia das rubber plantations**. Revista de História, n. 151, pp. 115-150, ano 2004.
- BOURDIEU, Pierre, **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand, 1998.
- BUENO, Magali, **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa**. Dissertação de mestrado apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) em 2003. Também disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses>> Acesso em 20 mar. 2010.
- COSTA, Luciana. **As Madeireiras na Berlinda do Desmatamento: Análise da Cobertura do Jornal Diário do Pará Nos Anos 2003 e 2004**. Trabalho apresentado no XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em CD Rom: 2008.



ESTEVES, João Pissarra. **Espaço público e democracia**. São Leopoldo RS: Editora Unisinos, 2003.

FERNANDES, Marcionila, GUERRA, Lemuel (org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém –PA: Publicação UNAMAZ, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad: Luiz Felipe Baeta Neves. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GOFFMAN, Erving: **Les cadres de l'expérience**; Paris, Éditions de Minuit, 1991.

LUCKMAN, Thomas;. BERGER, Peter I.. **A Construção Social da Realidade**: Petrópolis: Vozes, 14ª. Edição, 1997.

MARIN, Rosa Elizabeth. **Populações Tradicionais questões de terra na Pan-Amazônia**. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (org.), Belém PA: Associação de Universidades Amazônicas, 2006.

PANTALEÓN, Jorge. "**Antropologia, desenvolvimento e organizações não-governamentais na América Latina**". In L'ESTOILE, Benoît de et alii: Antropologia, impérios e estados nacionais, pp. 235-251. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ FAPERJ, 2002.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

PPG7. **O Caminho para a sustentabilidade**, 2009. Brasília: MMA. Disponível em <http://www.mma.gov.br> <Acesso em: 20 abr. 2010>.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Tradição e modernidade**. Universidade. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997.

RODRIGUES, Adriano Duarte, **Comunicação e experiência**. Universidade Nova de Lisboa, 2007.

SILVA, A.T. **A Amazônia na governança global: o caso do PPG7**. Tese de doutorado apresentada em 2003 na UNICAMP – Universidade de Campinas, São Paulo; Também Disponível: Banco de tese da UNICAMP – Biblioteca Digital: <<http://libdigi.unicamp.br/document/list?tid=28>> acesso em 20 set. 2009.

VIOLA, Eduardo. **A Globalização da Política Ambiental no Brasil**, 1990-98. Artigo publicado nos Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Danilo Aguiar e J. B. Pinto (edit.) O Agronegócio do Mercosul e a sua Inserção na Economia Mundial, Brasília, SOBER, 1999, pp. 83-97.

Consultas Web

<http://www.dfid.gov.uk> <Acesso em: 18 jun. 2010>.
<http://www.cifor.cgiar.org> <Acesso em: 18 jun. 2010>.
<http://www.greenpeace.org.br> <Acesso em: 14 agos. 2010>.
<http://www.gtz.org.br> <Acesso em: 22 abr. 2010>.
<http://www.ibge.gov.br> <Acesso em: nov. 2009>.
<http://www.mma.gov.br> <Acesso em: 20 abr. 2010>.
<http://www.unctad.org> <Acesso em: 12 mai. 2010>.
<http://www.usaid.gov> <Acesso em: 18 jun. 2010>.